

ATA DE REUNIÃO (nº 264)

1
2 Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em
3 cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e
4 alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de
5 videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima,
6 CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique
7 Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro
8 (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato
9 Bartolomei (CPA-20 Anbima e CP RPPS CGINV III) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10
10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II e CP RPPS DIRIG III). A reunião
11 teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata da Reunião Anterior;**
12 **III - Atendimento dos profissionais da Consultoria de Investimentos; IV -**
13 **Atendimento de profissionais de instituições financeiras (se houver); V - Avaliação de**
14 **novos produtos (se houver); VI - Deliberação sobre credenciamentos solicitados (se**
15 **houver); VII - Discussão e deliberação sobre a 9ª chamada de capital do FIP BTG**
16 **Infra III e 1ª chamada de capital do XP Selection Prime Feeder Inst FIP.** A
17 coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei,
18 cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Iniciando a pauta prevista para o dia,
19 informou que a ata de 09/02/2026 foi disponibilizada aos membros e que as sugestões de
20 alterações já haviam sido feitas. **Colocadas em votação, a ata nº 262 de 09/02/2026 foi**
21 **aprovada por unanimidade.** Dando continuidade, **os membros atenderam o Sr. Marcos**
22 **Almeida, da LDB Consultoria Financeira.** O Sr. Marcos Almeida dirigiu-se aos presentes
23 e informou que estava apresentando o Sr. Petrotielli Panfiete, profissional que já integrava a
24 equipe da i9 Consultoria e que passaria a atuar de forma mais próxima junto ao Instituto.
25 Esclareceu que o Sr. Petrotielli Panfiete possuía experiência no atendimento a fundos de
26 pensão, segmento que, segundo destacou, apresenta elevado nível de maturidade e
27 sofisticação, e que o objetivo de sua participação seria justamente trazer esse conhecimento e
28 expertise para o atendimento aos Regimes Próprios de Previdência Social. Ressaltou ainda
29 que o Instituto já se encontrava em um nível elevado de governança, sendo, inclusive,
30 comparável a fundos de pensão em termos de estrutura e exigência técnica. Informou que a
31 inclusão do Sr. Petrotielli Panfiete visava ampliar o suporte técnico, disponibilizar novos
32 canais de atendimento e fortalecer o acompanhamento das demandas do Instituto. Na
33 sequência, o Sr. Petrotielli Panfiete apresentou-se aos membros, colocou-se à disposição para
34 auxiliar nas demandas do dia a dia, tanto em relação ao acompanhamento de mercado
35 quanto às questões específicas da carteira de investimentos, e informou que seu contato seria
36 posteriormente compartilhado para facilitar a comunicação direta. Destacou sua experiência
37 no mercado financeiro desde 2017, mencionando sua atuação anterior voltada ao
38 atendimento de fundos de pensão e sua recente integração às atividades relacionadas aos
39 RPPS, em conjunto com o Sr. Marcos Almeida. Na sequência, Patrícia Nato Toninato
40 Bartolomei relatou a participação no Congresso da Abipem realizado em Florianópolis, do
41 qual também participaram os senhores Mário José Piccarelli de Castro e Daniel Henrique
42 Martins Biot, informando que as discussões estiveram fortemente concentradas na nova
43 Resolução CMN nº 5.272/2025. Esclareceu que os debates envolveram os principais pontos
44 de alteração trazidos pela norma, incluindo aspectos positivos e negativos, destacando,

45 contudo, que não foram apresentadas novidades relevantes além daquelas já discutidas
46 anteriormente em eventos e transmissões ao vivo promovidas pelo mercado. Patrícia Nato
47 Toninato Bartolomei destacou que havia expectativa entre os participantes quanto à
48 possibilidade de futuras alterações na regulamentação, embora tenha sido ressaltado que
49 eventuais mudanças não deverão ocorrer no curto prazo, tampouco com o nível de
50 flexibilização inicialmente esperado por parte dos agentes de mercado. Enfatizou que ficou
51 evidente a necessidade de manutenção de elevados padrões de diligência e rigor nos
52 processos de análise e seleção de investimentos, considerando as exigências impostas pela
53 norma vigente. Acrescentou que, embora algumas disposições tenham sido consideradas
54 excessivas ou desnecessárias pelos participantes do mercado, o entendimento predominante
55 foi de que a regulamentação deverá ser cumprida integralmente enquanto estiver em vigor. O
56 Sr. Marcos Almeida corroborou essa avaliação, manifestando entendimento de que não são
57 esperadas alterações relevantes na regulamentação no curto prazo, especialmente
58 considerando o estágio atual do calendário regulatório. Ressaltou que, diante do nível de
59 governança já alcançado pelo Instituto, os impactos da nova norma tendem a ser limitados,
60 permitindo a continuidade do acesso às diferentes classes de ativos sem restrições
61 significativas. Destacou ainda que essa posição favorável decorre do histórico de
62 estruturação, monitoramento de riscos e adoção de boas práticas de governança por parte do
63 Instituto ao longo dos anos. Enfatizou que as mudanças regulatórias, embora tragam
64 desafios, devem ser encaradas como um movimento necessário para o fortalecimento do
65 segmento, destacando que diversos participantes do mercado foram impactados de forma
66 ampla. Ressaltou a importância de uma postura pragmática diante do novo cenário,
67 orientando que não há benefício em resistir à regulamentação vigente, devendo os esforços
68 ser direcionados à adaptação e ao cumprimento das exigências estabelecidas. Comentou
69 ainda que iniciativas recentes de esclarecimento promovidas por agentes de mercado
70 acabaram gerando maior incerteza, em razão de interpretações divergentes e interesses
71 distintos entre os participantes. Retomando a palavra, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
72 informou que os participantes do evento destacaram a ausência de novas orientações
73 detalhadas por parte dos órgãos reguladores, permanecendo o mercado na expectativa pela
74 publicação de novos esclarecimentos complementares. Ressaltou que, até o momento,
75 apenas o material inicial de perguntas e respostas havia sido disponibilizado, sendo
76 considerado insuficiente para dirimir todas as dúvidas operacionais existentes. Destacou
77 ainda que, em algumas situações, a composição das carteiras dos fundos somente é divulgada
78 após 180 dias, o que dificulta o acompanhamento tempestivo e adequado por parte do
79 Comitê de Investimentos. Diante disso, enfatizou que as instituições deverão aprimorar a
80 disponibilização de informações para atender às novas exigências regulatórias. O Sr. Marcos
81 Almeida acrescentou também que poderão ocorrer impactos financeiros decorrentes das
82 mudanças relacionadas ao fim dos fundos exclusivos para RPPS, uma vez que fundos
83 voltados ao público institucional, em geral, apresentam custos mais baixos em razão do
84 volume de recursos alocados. Explicou que, ao acessar fundos não exclusivamente voltados
85 ao segmento institucional ou aos RPPS, as taxas tendem a ser mais elevadas, o que pode
86 resultar em aumento dos custos para o Instituto. Ressaltou, portanto, a necessidade de
87 atenção a esses aspectos na definição das estratégias de investimento. O Sr. Marcos Almeida
88 destacou que as dificuldades relacionadas à classificação dos fundos também estão sendo

89 enfrentadas pelas consultorias, uma vez que nem todas as informações necessárias estão
90 plenamente disponíveis. Informou, contudo, que estão sendo desenvolvidos mecanismos
91 internos para possibilitar o adequado monitoramento e controle dessas informações,
92 assegurando que o Instituto permaneça amparado no cumprimento das exigências
93 normativas. Patrícia Nato Toninato Bartolomei manifestou a importância do apoio da
94 consultoria nesse processo, ressaltando que tal suporte é fundamental para o fortalecimento
95 dos controles internos do Instituto. O Sr. Marcos Almeida reafirmou o compromisso da
96 consultoria em prestar o devido suporte, destacando que, em muitos casos, as instituições
97 não classificam explicitamente os RPPS, agrupando-os em categorias mais amplas, como
98 investidores institucionais, o que dificulta a identificação precisa das características dos
99 investidores dentro dos fundos. Ressaltou que, diante desse cenário, a estratégia adotada tem
100 sido a de estruturar os controles de forma criteriosa, evitando desenquadramentos
101 desnecessários e minimizando impactos operacionais. Dessa forma, Patrícia Nato Toninato
102 Bartolomei relatou um caso específico envolvendo o fundo Caixa Disponibilidade, utilizado
103 para gestão de caixa, o qual passou por alteração de regulamento recente. Informou que a
104 atualização foi disponibilizada de forma célere pela instituição gestora. Destacou que, por se
105 tratar de fundo composto integralmente por títulos públicos, não há necessidade de
106 observância de determinados limites aplicáveis a outras classes de ativos, ressaltando que a
107 carteira já havia sido ajustada anteriormente para atender às exigências regulatórias, restando
108 apenas a formalização do regulamento. Assim, restou uma dúvida quanto ao correto
109 enquadramento do fundo, uma vez que, embora a alteração formal do regulamento tenha
110 ocorrido em março, a carteira do fundo já havia sido ajustada anteriormente, no mês de
111 fevereiro. Diante disso, questionou se o enquadramento deveria ser considerado a partir de
112 fevereiro ou somente após a formalização da alteração. Em resposta, o Sr. Marcos Almeida
113 esclareceu que o enquadramento foi considerado a partir da vigência da Resolução nº 5.272,
114 sendo, portanto, classificado na categoria correspondente ao Art. 7, I desde então. Na
115 sequência, o Sr. Marcos Almeida destacou que houve movimentação na carteira da
116 Riopretoprev para incremento de posição em títulos públicos indexados à inflação,
117 mencionando especificamente a aquisição de NTN-B com vencimento em 2033, destacando
118 o nível atrativo da taxa obtida na operação. Patrícia Nato Toninato Bartolomei confirmou a
119 operação realizada, informando que a taxa obtida foi de 7,67% ao ano em termos reais,
120 classificando-a como bastante favorável no contexto atual de mercado. Dando continuidade
121 à reunião, o Sr. Marcos Almeida propôs a abertura de discussão acerca do cenário
122 econômico e das estratégias de investimento adotadas pelos membros do Comitê, solicitando
123 que compartilhassem suas percepções quanto às expectativas de mercado, à manutenção ou
124 eventual revisão das estratégias vigentes, bem como às sinalizações recebidas de instituições
125 financeiras. Daniel Henrique Martins Biot relatou que, durante o congresso da Abipem,
126 houve forte destaque para o mercado de renda variável brasileiro, sendo apontado como
127 principal oportunidade no momento. Destacou que diversos participantes enfatizaram a
128 relevância do fluxo de capital estrangeiro como principal vetor de valorização da bolsa
129 brasileira, indicando que ainda haveria espaço para continuidade desse movimento. O Sr.
130 Mário José Piccarelli de Castro complementou a análise, mencionando palestra promovida
131 por instituição financeira, na qual foi destacado que o fluxo estrangeiro para o Brasil pode
132 apresentar caráter mais estrutural, em razão de um processo de realocação da poupança

133 internacional decorrente de fatores geopolíticos, especialmente relacionados aos Estados
134 Unidos. Ressaltou que, segundo essa visão, haveria uma redistribuição parcial de recursos
135 anteriormente concentrados no mercado norte-americano para outras economias, entre elas
136 o Brasil, favorecido por condições como taxa de juros e fundamentos econômicos. O Sr.
137 Marcos Almeida, ao retomar a palavra, apresentou a visão observada junto a investidores
138 institucionais, destacando que, ao contrário do fluxo estrangeiro, não se verifica, no
139 momento, ingresso relevante de novos recursos por parte desses agentes na bolsa brasileira.
140 Informou que muitos investidores institucionais têm adotado postura de realização de lucros,
141 especialmente após os ganhos observados no período recente, optando por reduzir
142 exposição e aguardar maior clareza no cenário antes de novas alocações. Acrescentou que,
143 embora tenha sido observado ingresso significativo de capital estrangeiro na bolsa brasileira
144 ao longo do ano, estimado em aproximadamente R\$ 44 bilhões, há cautela quanto à
145 sustentabilidade desse movimento, ressaltando a ocorrência, em momentos anteriores, de
146 fluxos temporários que não se consolidaram no longo prazo. Destacou, entretanto, que
147 fatores como o nível relativamente baixo de valuation do mercado brasileiro, a expectativa de
148 redução de taxas de juros, a depreciação do dólar e o contexto geopolítico internacional têm
149 contribuído para tornar os mercados emergentes, especialmente o Brasil, mais atrativos aos
150 investidores globais. Ressaltou ainda que o ambiente político doméstico também poderá
151 exercer influência relevante sobre o comportamento dos mercados, especialmente em função
152 das expectativas relacionadas ao processo eleitoral, destacando que mudanças na percepção
153 política podem impactar a confiança dos investidores. Por fim, destacou que, embora o
154 cenário apresente oportunidades na renda variável, não se pode desconsiderar o risco de
155 volatilidade, sendo fundamental que as decisões de alocação estejam alinhadas ao perfil de
156 risco, à governança e à tolerância dos investidores institucionais. Concluiu ressaltando que,
157 diante do aumento recente no fluxo de capital estrangeiro e das condições macroeconômicas
158 observadas, o mercado brasileiro pode se beneficiar desse contexto, desde que o movimento
159 se mostre consistente ao longo do tempo. Dando continuidade às discussões, o Sr. Petrotielli
160 Panfiete apresentou a visão observada no segmento de fundos de pensão, destacando que,
161 embora o cenário atual indique continuidade do fluxo de capital estrangeiro para o mercado
162 brasileiro, não se tem verificado movimento relevante de alocação por parte dos investidores
163 institucionais locais. Informou que, de forma geral, os fundos de pensão têm mantido
164 postura conservadora, com alocações predominantes em ativos atrelados ao CDI,
165 aproveitando o elevado patamar das taxas de juros, o que permite o atingimento das metas
166 atuariais com menor exposição à volatilidade. Ressaltou ainda que, mesmo em um cenário de
167 eventual redução da taxa de juros, os níveis ainda permanecerão elevados ao longo do ano,
168 favorecendo estratégias mais conservadoras. Acrescentou que, apesar do desempenho
169 positivo recente da bolsa brasileira, impulsionado principalmente pelo fluxo estrangeiro,
170 fatores como o cenário eleitoral e os conflitos geopolíticos internacionais tendem a aumentar
171 a volatilidade do mercado, o que justifica a cautela na ampliação da exposição à renda
172 variável. Mário José Piccarelli de Castro manifestou concordância com essa abordagem,
173 destacando que o Instituto tem priorizado a previsibilidade no cumprimento da meta
174 atuarial, em detrimento de estratégias mais voláteis, alinhando-se, portanto, à postura
175 observada no segmento institucional. Na sequência, o Sr. Marcos Almeida reforçou a
176 importância da previsibilidade, ressaltando que a atual alocação do Instituto se encontra em

177 linha com a média observada entre seus clientes, cuja exposição à renda variável gira em
178 torno de aproximadamente 6% do portfólio. Sugeriu que a estratégia atual seja mantida,
179 com eventual incremento gradual de risco ao longo do tempo, sempre condicionado à
180 evolução do cenário econômico e à confiança do Comitê de Investimentos. Ressaltou ainda a
181 possibilidade de captura de ganhos por meio de ativos de renda fixa com maior duration,
182 destacando que, em um cenário de fechamento da curva de juros, tais ativos tendem a se
183 beneficiar por meio da marcação a mercado. Na sequência, Mário José Piccarelli de Castro
184 informou que há previsão de ingresso de novos recursos provenientes de repasses
185 relacionados ao imposto de renda, os quais deverão ser segregados dos demais recursos do
186 Instituto. Relatou que, diante dessa entrada, está sendo avaliada a alocação inicial em fundos
187 atrelados ao índice IRF-M, com o objetivo de capturar ganhos associados ao movimento
188 inicial de queda das taxas de juros, além de proporcionar exposição a ativos prefixados com
189 potencial de valorização. O Sr. Marcos Almeida avaliou a estratégia como adequada,
190 destacando que ativos prefixados tendem a apresentar bom desempenho em cenários de
191 fechamento da curva de juros. Manifestou, contudo, preocupação quanto à possibilidade de
192 reversão do movimento ao longo do tempo, ressaltando a importância de manter
193 flexibilidade para ajuste da estratégia, especialmente considerando o ambiente de incerteza e
194 volatilidade característico do mercado brasileiro. Mário José Piccarelli de Castro esclareceu
195 que a intenção é manter os recursos segregados em um único fundo, mas com a
196 possibilidade de alteração da estratégia ao longo do tempo, caso as condições de mercado
197 assim exijam. Ainda sobre o tema, destacou que o Comitê realizou estudo no qual se
198 verificou que os ciclos de queda das taxas de juros no Brasil apresentam duração média de
199 aproximadamente dois anos. Observou-se, ainda, que ativos atrelados ao IRF-M tendem a se
200 beneficiar de forma mais intensa na fase inicial do ciclo, ao passo que os ativos indexados à
201 inflação costumam apresentar desempenho superior nas etapas subsequentes, em função da
202 dinâmica dos juros reais. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que os recursos
203 ingressarão por meio da Caixa Econômica Federal, destacando que já existe fundo atrelado
204 ao IRF-M previamente credenciado, o qual deverá passar por atualização em razão de
205 alterações recentes na regulamentação. Esclareceu que ainda não há definição final sobre a
206 estratégia de alocação, uma vez que se aguarda a confirmação do valor exato do aporte, bem
207 como a avaliação detalhada das condições do fundo. Por fim, Patrícia Nato Toninato
208 Bartolomei questionou sobre o andamento da análise do fundo exclusivo imobiliário,
209 informando que houve alteração no prazo para conclusão da avaliação, o qual foi prorrogado
210 para o dia 16 de março. Em resposta, o Sr. Marcos Almeida informou que manteve contato
211 com o responsável pelo acompanhamento das entregas, destacando que a análise se encontra
212 em andamento, envolvendo a verificação de aproximadamente vinte matrículas imobiliárias.
213 Acrescentou que o responsável técnico pelo trabalho deverá apresentar, em breve,
214 posicionamento atualizado sobre o andamento da análise, comprometendo-se a reforçar a
215 cobrança para conclusão dentro do prazo estabelecido. Na sequência, a coordenadora do
216 Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que, caso necessário,
217 poderia ser agendada reunião específica para tratar das análises em andamento, colocando-se
218 à disposição para alinhamentos adicionais. O Sr. Marcos Almeida esclareceu que a equipe
219 técnica já estava conduzindo, de forma prioritária, tanto a análise pendente do fundo
220 imobiliário quanto a nova demanda relacionada à avaliação de regulamento de um Fundo de

221 Investimento em Participações (FIP), Tarpon Oportunidades Privadas, destacando que a
222 entrega desse material deverá ocorrer até a semana seguinte, em prazo compatível com a
223 necessidade de manifestação prévia à assembleia. Patrícia Nato Toninato Bartolomei
224 informou que o Instituto já havia assumido compromisso prévio com o referido fundo,
225 embora ainda não tenha ocorrido chamada de capital. Ressaltou que o fundo poderá
226 apresentar desenquadramento em relação ao administrador e ao gestor, razão pela qual foi
227 solicitada análise prévia das alterações propostas em assembleia, especialmente no que se
228 refere à compatibilidade com a Resolução nº 5.272. Destacou ainda que a assembleia foi
229 convocada para deliberar sobre alteração de denominação do fundo e ajustes em seu
230 regulamento, sendo fundamental que a avaliação técnica seja concluída antes da data limite
231 para manifestação, considerando, inclusive, a existência de feriado municipal no dia 19 de
232 março, o que impacta o prazo operacional interno. O Sr. Marcos Almeida confirmou o
233 entendimento e ressaltou que a equipe está ciente da urgência, comprometendo-se a priorizar
234 a entrega da análise dentro do prazo adequado. Dando prosseguimento, o Sr. Marcos
235 Almeida iniciou a apresentação da carteira de investimentos, destacando inicialmente a
236 evolução recente do portfólio, com o objetivo de contextualizar eventuais decisões de
237 manutenção ou ajuste de estratégia. Informou que, no período analisado, não houve
238 alterações estruturais relevantes na alocação dos recursos, sendo a principal mudança
239 decorrente da reclassificação dos ativos do tipo BDR, que deixaram de ser enquadrados
240 como investimentos no exterior para serem considerados como ativos de renda variável, em
241 função das disposições da Resolução nº 5.272. Ressaltou que tal mudança teve impacto
242 meramente contábil, sem alteração efetiva na exposição ao risco da carteira. O Sr. Marcos
243 Almeida destacou que a carteira manteve sua estrutura com predominância de renda fixa,
244 representando aproximadamente 75% dos recursos totais, distribuídos entre títulos públicos,
245 fundos compostos exclusivamente por títulos soberanos, fundos de renda fixa tradicionais e
246 letras financeiras. Em relação à performance, informou que a renda fixa apresentou
247 contribuição de aproximadamente 0,89% no mês de fevereiro e 1,77% no acumulado do
248 ano, evidenciando estabilidade e previsibilidade, em linha com a estratégia adotada pelo
249 Comitê. No tocante à renda variável, incluindo ações locais e BDRs, destacou que a
250 participação total alcançou cerca de 11,25% da carteira, sendo que os fundos de ações locais
251 apresentaram retorno de aproximadamente 3,22% no mês de fevereiro e desempenho
252 expressivo no acumulado do ano, impulsionado principalmente pelos resultados positivos
253 observados em janeiro. O Sr. Marcos Almeida esclareceu que, em razão da mudança de
254 enquadramento regulatório ocorrida ao longo do período, foi necessário segregar os
255 resultados por diferentes classificações, evitando distorções na análise de desempenho.
256 Ressaltou a importância de observar os resultados de forma consolidada entre os períodos, a
257 fim de evitar interpretações equivocadas quanto à rentabilidade dos ativos. Informou ainda
258 que a carteira totalizou aproximadamente R\$ 697 milhões, encontrando-se integralmente
259 enquadrada tanto nos limites da política de investimentos quanto nas exigências legais
260 vigentes, sem ocorrência de desenquadramentos. Ao abordar o cumprimento da meta
261 atuarial, o Sr. Marcos Almeida observou que, embora o resultado mensal possa não ter
262 atingido plenamente a meta em razão da elevação da inflação no período — evidenciada pela
263 divulgação do IPCA-15 acima das expectativas —, o desempenho acumulado no ano
264 permanece positivo e aderente às expectativas de longo prazo. Ressaltou que o ambiente

265 macroeconômico segue desafiador, com pressões inflacionárias e incertezas decorrentes do
266 cenário internacional, o que pode impactar o ritmo de eventual redução da taxa de juros,
267 exigindo monitoramento contínuo por parte do Comitê. Por fim, destacou que os
268 indicadores de risco da carteira, incluindo liquidez e risco de mercado mensurado por meio
269 do Value at Risk (VaR), encontram-se dentro dos limites estabelecidos, conferindo conforto
270 em relação à exposição assumida. Concluiu reforçando a importância da manutenção da
271 estratégia atual, com acompanhamento constante do cenário, e parabenizou os membros do
272 Comitê pela condução adequada da carteira de investimentos. Na sequência, Patrícia Nato
273 Toninato Bartolomei retomou a palavra e destacou o comportamento da rentabilidade das
274 duas letras financeiras presentes na carteira. Esclareceu que, apesar de uma das letras possuir
275 taxa inferior à outra, vinha apresentando rentabilidade superior em alguns meses, mesmo
276 ambas estando marcadas na curva, o que gerou dúvida quanto à consistência dos cálculos
277 apresentados. O Sr. Marcos Almeida confirmou o entendimento exposto, questionando se,
278 de fato, o ativo com menor taxa estaria apresentando desempenho superior. Na sequência,
279 Petrotielli Panfiete ponderou que inicialmente havia considerado a possibilidade de diferença
280 na forma de precificação dos ativos, porém, considerando que ambos pertenciam ao mesmo
281 emissor e possuíam estrutura semelhante, sendo uma emissão sênior e outra subordinada,
282 entendeu ser pertinente a realização de análise mais aprofundada. Patrícia Nato Toninato
283 Bartolomei informou que encaminharia por e-mail as informações detalhadas dos ativos para
284 análise, destacando ainda que ambas as letras financeiras estavam sob custódia da mesma
285 instituição, embora houvesse diferença no processo de liquidação entre elas, fator que
286 poderia eventualmente influenciar os resultados observados. O Sr. Marcos Almeida
287 ponderou que, embora não fosse possível afirmar de imediato a causa da divergência,
288 poderia haver descasamentos pontuais decorrentes de datas de aquisição, critérios de cálculo
289 ou apropriação de índices, como no caso de ativos indexados à inflação. Ressaltou, contudo,
290 que, em um horizonte mais longo, seria esperado que os ativos convergissem para o racional
291 teórico de suas respectivas taxas. Caso contrário, destacou a necessidade de questionamento
292 formal à instituição responsável. Diante do exposto, ficou definido como encaminhamento o
293 envio das informações detalhadas por parte de Patrícia Nato Toninato Bartolomei, para que
294 a equipe da consultoria realizasse a verificação da memória de cálculo dos ativos, ficando o
295 Sr. Marcos Almeida e Petrotielli Panfiete responsáveis pela análise. A coordenadora Patrícia
296 Nato Toninato Bartolomei agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a
297 participação da consultoria. Na sequência, foram tratados assuntos internos do Comitê.
298 Mário José Piccarelli de Castro informou que havia disponibilizado o relatório detalhado do
299 Congresso da Abipem, elaborado pelos membros que participaram do evento, realizado com
300 base nas anotações realizadas durante as palestras, destacando que o conteúdo abordou
301 majoritariamente a nova regulamentação, não havendo mudanças substanciais de cenário,
302 mas sim reforço quanto à necessidade de adequação às novas regras ao longo do exercício.
303 Patrícia Nato Toninato Bartolomei complementou destacando que as principais discussões
304 do evento estiveram concentradas na Resolução CMN nº 5.272/2025, com ênfase na
305 importância do Pró-Gestão como instrumento essencial para acesso a determinadas classes
306 de ativos. Relatou ainda discussões acerca da oferta de crédito consignado pelos RPPS,
307 destacando que, embora apresentado como alternativa atrativa, o tema exige cautela,
308 especialmente quanto à definição de taxas, gestão de risco e necessidade de políticas de

309 educação financeira para os segurados. No tocante aos fundos imobiliários exclusivos,
310 Patrícia Nato Toninato Bartolomei relatou que foi enfatizada a necessidade de
311 acompanhamento contínuo por parte do RPPS, mesmo na hipótese de constituição de
312 fundo, ressaltando que a responsabilidade do ente não é afastada, podendo, inclusive, ser
313 ampliada. Destacou a importância da criação de grupo de trabalho específico para
314 acompanhamento dessas estruturas, bem como a necessidade de fundamentação técnica e
315 respaldo normativo em todas as decisões. Daniel Henrique Martins Biot complementou
316 relatando que, em conversas realizadas durante o evento, foi reforçada a relevância da
317 escolha do gestor como fator crítico para o sucesso de fundos exclusivos, destacando que a
318 experiência, o conhecimento regional e o histórico do gestor são elementos determinantes,
319 sendo desaconselhável a seleção baseada exclusivamente em critérios de menor custo.
320 Ressaltou ainda que, em estruturas exclusivas, a responsabilidade do Comitê de
321 Investimentos tende a ser maior, em razão da participação ativa nas decisões. Mário José
322 Piccarelli de Castro acrescentou que, em consultas realizadas com participantes do mercado,
323 obteve relatos positivos acerca da atuação da Graphen Investimentos, principalmente em
324 situações de fundos estressados, destacando a importância da capacidade técnica e jurídica na
325 recuperação de ativos. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que havia
326 solicitações de reuniões por parte de instituições financeiras, e que os encontros seriam
327 realizados conforme a disponibilidade de agenda. Acrescentou que não havia
328 credenciamentos a serem apreciados nesta reunião. Dando continuidade, Patrícia Nato
329 Toninato Bartolomei questionou os membros acerca da viabilidade de participação em
330 agenda proposta pela gestora Vinci, do 3º Annual Meeting RPPS Vinci Compass,
331 manifestando, inicialmente, não possuir disponibilidade em participar do evento por
332 compromissos particulares. Em seguida, o membro Daniel Henrique Martins Biot ponderou
333 que seria mais adequado, em um primeiro momento, avaliar a viabilidade da participação,
334 para então verificar os interessados. Na sequência, o membro Wilclem de Lazari Araújo
335 manifestou entendimento de que a participação seria viável, ressaltando, contudo, que, por já
336 ter participado de eventos recentes e possuir compromissos de viagem próximos, colocava-
337 se apenas como opção de reserva, caso não houvesse outros interessados. Na sequência, o
338 membro Mário José Piccarelli de Castro destacou a relevância da participação no evento,
339 especialmente pelo fato de o Comitê ainda não ter realizado diligência junto à gestora Vinci,
340 diferentemente de outras instituições já avaliadas. Ressaltou que a oportunidade permitiria
341 não apenas o conhecimento da gestora, mas também a realização de questionamentos e
342 coleta de informações relevantes, em linha com o procedimento adotado anteriormente pelo
343 Comitê. Destacou ainda que o custo da participação seria reduzido, tendo em vista que o
344 evento contemplaria hospedagem e alimentação, tornando a iniciativa mais eficiente sob o
345 ponto de vista orçamentário. Informou, adicionalmente, que se colocava à disposição para
346 participação. Na sequência, Daniel Henrique Martins Biot manifestou interesse em participar
347 do evento. Retomando a discussão, o membro Mário José Piccarelli de Castro apresentou
348 estimativas relacionadas às dotações orçamentárias destinadas a capacitações e eventos,
349 destacando que, com base em levantamento previamente realizado, haveria disponibilidade
350 orçamentária suficiente para participação, sem prejuízo a outras atividades previstas ao longo
351 do exercício. Diante das manifestações, Patrícia Nato Toninato Bartolomei posicionou-se
352 favorável à participação. O membro Wilclem de Lazari Araújo reforçou que a gestora havia

353 disponibilizado duas vagas para participação no evento. Dessa forma, os membros
354 **deliberaram, por unanimidade, pela indicação dos membros Daniel Henrique**
355 **Martins Biot e Mário José Piccarelli de Castro para realização de diligência**
356 **presencial na Vinci Compass e participação no evento 3º Annual Meeting RPPS**
357 **Vinci Compass que acontecerá de 18 a 20 de maio de 2025.** Na sequência, Patrícia Nato
358 Toninato Bartolomei informou que o Comitê recebeu duas chamadas de capital. Esclareceu
359 que se trata da nona chamada de capital do fundo BTG Infra III e a primeira chamada de
360 capital do fundo XP Selection Prime, caracterizado como fundo de fundos da XP. Destacou
361 que o volume de chamadas de capital tem sido recorrente e que, paralelamente, também há
362 previsão de ingresso de recursos, já deliberado em reunião anterior realizada no dia 23,
363 quando se tomou ciência da devolução de capital por parte do fundo Kinea IV, tendo sido
364 decidido que tais recursos seriam alocados provisoriamente no IRF-M 1 até nova
365 deliberação. Informou, contudo, que os recursos ainda não haviam sido efetivamente
366 creditados, embora já houvesse comunicação prévia acerca do volume estimado da
367 devolução, ainda sem valor definitivo. Na continuidade, Patrícia Nato Toninato Bartolomei
368 relatou que o fundo Kinea IV apresentou atualização decorrente de marcação a mercado
369 realizada no mês de fevereiro, acompanhada de auditoria, indicando valorização de
370 aproximadamente 9,3% na cota do fundo Kinea Master, considerando montante recebido de
371 investimentos, notadamente relacionado à empresa Panvel, ainda não amortizado. Informou,
372 ainda, a previsão de amortização correspondente a 8,4% do capital comprometido do fundo,
373 o que representaria aproximadamente o montante de R\$ 840.000,00, sem definição, até
374 aquele momento, da data exata para sua efetivação, embora prevista para ocorrer no mês de
375 março. Em relação à chamada de capital do fundo BTG Infra III, informou que se destina
376 ao aporte no projeto Grande Sertão, com prazo até o dia 16 de março, e que, no âmbito da
377 carteira do Comitê, o valor correspondente era de R\$ 258.896,35. O Boletim de subscrição
378 de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) foi assinado em 05/2023. Foi integralizado até a
379 presente data apenas R\$ 2.279.987,62. Destacou, ainda, que havia notícias recentes acerca da
380 recuperação extrajudicial da Raízen, empresa ligada ao grupo Cosan, o qual também possui
381 participação em investimentos do referido fundo, o que poderia, eventualmente, gerar
382 impactos indiretos, embora, até aquele momento, não houvesse qualquer comunicado oficial
383 ou evidência concreta de efeitos negativos sobre o fundo. Ressaltou que o Comitê
384 permaneceria acompanhando a situação e que eventuais esclarecimentos seriam solicitados,
385 caso necessário. Dessa forma, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela**
386 **utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso**
387 **haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da**
388 **quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS**
389 **FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA -**
390 **RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização**
391 **da 9ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER**
392 **FIP MULTISTRATÉGIA, CNPJ 49.430.776/0001-30.** Por fim, Patrícia Nato Toninato
393 Bartolomei informou que o fundo XP Selection Prime realizaria, no dia 17, uma
394 apresentação ao mercado com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o fundo e
395 detalhar a estratégia relacionada à chamada de capital, cuja integralização teria como data-
396 limite o dia 19 de março, sendo antecipada para o dia 18 em razão de feriado municipal.

397 Em reunião ordinária no dia 22 de setembro de 2025, os membros do Comitê de
398 Investimentos deliberaram pela aprovação do compromisso de investimento para subscrição
399 e integralização de 4.000 (quatro mil) cotas no fundo XP SELECTION PRIME FEEDER
400 INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CNPJ:
401 61.811.959/0001-00, sendo que o preço de subscrição de cada cota é R\$ 1.000,00 (mil reais),
402 totalizando R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que foi referendado pelo Conselho
403 Municipal de Previdência em 02/10/2025. O Boletim de subscrição foi assinado em
404 12/2025, anterior à publicação da Res. CMN nº 5.272/2025 e esta é a primeira chamada de
405 capital do fundo. Esclareceu que o percentual da chamada correspondia a 7,3% do capital
406 subscrito na subclasse A, totalizando aproximadamente R\$ 292.000,00, a serem destinados a
407 novos investimentos, pagamento de despesas do fundo e taxa de equalização. **Assim, os**
408 **membros deliberaram, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta**
409 **corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na**
410 **data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo**
411 **CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO**
412 **FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ:**
413 **10.740.670/0001-06, para integralização da 1ª Chamada de Capital do XP**
414 **SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FUNDO DE**
415 **INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CNPJ: 61.811.959/0001-00.** Na sequência,
416 os membros passaram a discutir sobre a diligência das possíveis gestoras de fundos
417 imobiliários exclusivos. Wilclem de Lazari Araújo manifestou entendimento de que o
418 processo em análise poderá demandar prazo mais longo para evolução, destacando a
419 importância de cautela e adequada formalização documental. Nesse sentido, Patrícia Nato
420 Toninato Bartolomei reforçou a necessidade de que todas as etapas sejam devidamente
421 registradas e conduzidas sem precipitação. Mário José Piccarelli de Castro complementou
422 sugerindo que, além da gestora inicialmente considerada, sejam avaliadas outras instituições,
423 inclusive com a realização de reuniões e diligências adicionais, preferencialmente de forma
424 conjunta, visando maior embasamento na tomada de decisão. Patrícia Nato Toninato
425 Bartolomei esclareceu que há instituições que atuam no suporte à estruturação de fundos,
426 mencionando, dentre outras, entidade que auxilia na análise de viabilidade e modelagem de
427 investimentos imobiliários, ressaltando, contudo, a necessidade de melhor compreensão
428 quanto à expertise dessas instituições. Adicionalmente, foi informado que a consultoria LDB
429 manifestou interesse em participar das diligências, sendo necessário compatibilizar agendas e
430 aguardar as contribuições que serão apresentadas. No tocante ao cronograma, foi destacado
431 que o primeiro semestre tende a ser mais restritivo em razão de compromissos institucionais,
432 sendo o mês de julho apontado como período mais adequado para eventuais visitas
433 presenciais. Dando prosseguimento à reunião, Patrícia Nato Toninato Bartolomei relatou
434 que de acordo com a Coord. da Gestão de Custeio e Investimentos, os aportes provenientes
435 do imposto de renda devem ser destinados ao equacionamento do déficit. Destacou que,
436 inicialmente, foi entendido que esses valores deveriam permanecer segregados, sendo
437 rentabilizados em conta contábil específica e com prestação de contas individualizada. Nesse
438 contexto, informou que solicitou a confirmação do procedimento, bem como o
439 detalhamento dos valores recebidos para viabilizar a correta segregação dos recursos,
440 mencionando que o primeiro repasse, referente ao mês de janeiro, já havia sido realizado no

441 final de fevereiro, e que um novo valor, referente ao mês de fevereiro, seria recebido em
442 março. Na sequência, Wilclem de Lazari Araújo questionou se havia fundamento normativo
443 para a exigência de segregação dos recursos, ao que foi esclarecido que essa obrigatoriedade
444 decorria de norma que estabelece que aportes dessa natureza não podem ser utilizados pelo
445 período de cinco anos. Wilclem de Lazari Araújo explicou que isso não implica manter os
446 recursos no mesmo fundo durante todo esse período, mas sim que eles não podem ser
447 utilizados, destacando que esse mecanismo funciona como alternativa à alíquota
448 suplementar, a qual impacta os limites de despesa com pessoal, ao contrário do aporte, que
449 não entra nesse cálculo. Acrescentou ainda que, nesse contexto, não há necessidade de
450 preocupação com liquidez, permitindo a alocação em ativos de prazo mais longo. Patrícia
451 Nato Toninato Bartolomei ponderou que, do ponto de vista teórico, uma alternativa seria a
452 aplicação em NTN-B com vencimento compatível e marcação na curva, embora tenha
453 reconhecido dificuldades operacionais na segregação, especialmente relacionadas ao
454 tratamento dos cupons. Complementando, Mário José Piccarelli de Castro destacou que
455 fundos atrelados ao IRF-M apresentam menor volatilidade em comparação aos indexados ao
456 IMA-B, em função de sua menor duration, ainda que ambos sigam trajetórias semelhantes ao
457 longo do tempo. Nesse ponto, Mário José Piccarelli de Castro comentou sobre a necessidade
458 de uma condução adequada do processo e destacou que havia elaborado um material técnico
459 sobre o cenário de queda de juros, no qual indicou que ativos atrelados ao IRF-M tenderiam
460 a apresentar melhor desempenho no cenário projetado, especialmente na fase inicial do ciclo.
461 Em complemento, explicou que havia compartilhado um material no grupo com uma análise
462 mais aprofundada sobre a alocação em um cenário de queda da taxa Selic, comparando
463 estratégias envolvendo IRF-M e IMA-B. Segundo ele, no início do ciclo de queda de juros,
464 os ativos atrelados ao IRF-M tendem a se beneficiar mais, enquanto, em estágios mais
465 avançados, os ativos indexados à inflação passam a ganhar maior tração em função da
466 descompressão da taxa real de juros. Com base nisso, relatou que a estratégia sugerida
467 consistia em alocar os recursos inicialmente em fundos atrelados ao IRF-M, com marcação a
468 mercado, mantendo flexibilidade para posterior realocação conforme a evolução do cenário
469 econômico. Prosseguindo, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou Wilclem de Lazari
470 Araújo sobre o status do cálculo atuarial com data-base de 31 de dezembro de 2025, sendo
471 informada de que o cálculo já estava concluído, restando apenas a aprovação pelo conselho.
472 Diante disso, destacou a necessidade desse material para envio de informações e para a
473 elaboração de um novo estudo de ALM, que consideraria o novo plano e avaliaria possíveis
474 ajustes na alocação, incluindo alongamento de vértices. Wilclem de Lazari Araújo ressaltou
475 que dificilmente haveria alterações relevantes após a aprovação. Assim, os membros
476 manifestaram-se no sentido de atualizar os credenciamentos dos fundos da Caixa Econômica
477 Federal, onde são recebidos os recursos do aporte, cujos índices de referência são IMA-B e
478 IRFM para posterior conclusão sobre a alocação dos recursos. Por fim, Patrícia Nato
479 Toninato Bartolomei alertou sobre a convocação de assembleia para alteração regulatória do
480 fundo FIP da Tarpon, que passaria a denominar-se BluFin. Destacou que o envio de voto
481 dependeria de manifestação técnica da consultoria, conforme mencionado na conversa com
482 o consultor Marcos Almeida. Sem mais assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para
483 constar, eu, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e
484 achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por

485 unanimidade, na reunião ordinária de 13/04/2026 (primeira reunião ordinária de abril de
486 2026).



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5A7A-C967-6EA8-0EF2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 14/04/2026 10:28:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 14/04/2026 11:12:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 14/04/2026 12:09:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 14/04/2026 16:49:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 24/04/2026 08:13:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/5A7A-C967-6EA8-0EF2>